



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI N.º 4.623-B, DE 2023

(Do Sr. Cabo Gilberto Silva)

Institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele; tendo parecer da Comissão de Saúde, pela aprovação deste e do de nº 4824/23, apensado, com substitutivo (relator: DEP. ISMAEL ALEXANDRINO); e da Comissão de Finanças e Tributação, pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária deste e do de nº 4824/23, apensado, e do substitutivo da Comissão de Saúde (relatora: DEP. LAURA CARNEIRO).

DESPACHO:

ÀS COMISSÕES DE
SAÚDE;

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO (ART. 54 RICD); E
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

S U M Á R I O

I - Projeto inicial

II - Projeto apensado: 4824/23

III - Na Comissão de Saúde:

- Parecer do relator
- Substitutivo oferecido pelo relator
- Parecer da Comissão
- Substitutivo adotado pela Comissão

IV - Na Comissão de Finanças e Tributação:

- Parecer da relatora
- Parecer da Comissão



PROJETO DE LEI Nº _____, DE 2023.

(Deputado Cabo Gilberto Silva)

Institui a Política Nacional de Prevenção,
Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da
Pele.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele.

Art. 2º - A Semana Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas de Pele tem como objetivos:

I - promover o diagnóstico precoce e o tratamento eficaz das doenças crônicas da pele;

II - prevenir a ocorrência das doenças crônicas da pele mediante a realização de campanhas de conscientização e a difusão de hábitos adequados;

III - difundir entre os profissionais da saúde conhecimentos a respeito da matéria e procedimentos terapêuticos adequados ao atendimento do disposto no inciso I;

IV - oferecer aos pacientes assistência integral, com vistas ao tratamento adequado dos efeitos psicossociais das doenças crônicas da pele;

V - estimular o desenvolvimento de estudos e pesquisas a respeito da matéria, especialmente com vistas à adoção de políticas de saúde pública adequadas à prevenção e combate das doenças crônicas da pele.

Art. 3º - O Poder Executivo Federal regulamentará esta lei em até noventa dias, após a data de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





JUSTIFICATIVA

A pele humana é o órgão mais extenso do corpo humano. Sua superfície total varia de 1,5 a 2 m² e representa 16% do peso corporal. Não por acaso, doenças de pele são bastante comuns. Estima-se que 78% dos brasileiros sofram de alguma delas.

Um estudo de alcance internacional, conduzido por pesquisadores da Universidade do Colorado, nos Estados Unidos, concluiu que as doenças de pele representam hoje a quarta maior causa de incapacitação no planeta. O dado, inédito, vem de uma robusta revisão englobando registros hospitalares e mais de 4 mil pesquisas publicadas entre 1980 e 2013 ao redor do mundo.

“Consideramos nessa conta qualquer efeito negativo na vida e na saúde. No caso dos problemas dermatológicos, isso incluía dor, deformidade, impacto psicológico e, embora a estatística não considere esse ponto, até morte”, explica a médica Chante Karimkhani, uma das autoras da investigação. Segundo o dermatologista Robert Dellavalle, coordenador do trabalho, dermatite, acne, urticária e psoríase, “transtornos inflamatórios comuns na população”, são aqueles que produzem maior impacto na vida cotidiana¹.

Doenças de pele representam uma grande causa de incapacitação dos cidadãos dos mais diferentes segmentos da sociedade.

Mediante o exposto, solicito apoio dos nobres parlamentares para aprovação deste Projeto de Lei, visando a proteção de todos os cidadãos.

Sala das Sessões, em de de 2023.

Deputado Cabo Gilberto Silva

PL/PB

1Fonte: <https://saude.abril.com.br/medicina/doencas-de-pele-abalam-a-mente>



PROJETO DE LEI N.º 4.824, DE 2023

(Do Sr. Zé Haroldo Cathedral)

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele.

DESPACHO:
APENSE-SE AO PL-4623/2023.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº _____, de 2023 (Do Sr. Zé Haroldo Cathedral)

Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele.

Art. 2º São diretrizes do Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele:

- I- acesso universal à saúde;
- II- atendimento humanizado;
- III- cuidado integral e multidisciplinar;
- IV- elaboração e atualização periódica dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas conforme evidências científicas que comprovem a eficácia, a acurácia, a efetividade e a segurança de novos tratamentos;
- V- respeito à autonomia do paciente e do profissional de saúde na escolha das opções terapêuticas.

Art. 3º O Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele terá os seguintes objetivos:

- I- fortalecimento da atenção primária à saúde, primeiro nível de atendimento do paciente, com foco no diagnóstico precoce e tratamento adequado;
- II- planejamento, monitoramento e avaliação das políticas específicas;
- III- educação continuada dos profissionais de saúde e ampla divulgação dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas;





CÂMARA DOS DEPUTADOS

- IV- incentivo às pesquisas científicas relacionadas às doenças crônicas de pele;
- V- criação, ampliação e articulação de pontos de atendimento para tratamento dos pacientes;
- VI- promoção de campanhas de educação e conscientização da população visando à redução de estigmas e preconceitos;
- VII- desenvolvimento de ações que promovam a inclusão social, a autonomia da pessoa e o exercício da cidadania;
- VIII- garantia de atendimento psicológico, psiquiátrico e de assistência social.

Art. 4º O Poder Público designará centros de referência para o tratamento das doenças crônicas de pele, em todos os Estados e no Distrito Federal, com as respectivas linhas de cuidado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A psoríase, a dermatite atópica, a hidradenite supurativa, a urticária espontânea e o angioedema são exemplos de condições que afetam de forma crônica e grave a pele de diversos indivíduos. Devido à dificuldade de diagnóstico e abordagens inadequadas, o controle dessas condições pode ser complexo e, por conseguinte, gerar sequelas físicas e psicossociais profundas que impactam excessivamente a qualidade de vida dos pacientes.

Ademais, estudos apontam que as lesões de pele, com frequência, causam sofrimentos psíquicos devido ao bullying, o que pode levar à interrupção dos estudos e à perda do emprego. Em alguns casos, a doença oferece risco de morte por





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Apresentação: 03/10/2023 19:55:23.270 - MESA

PL n.4824/2023

complicações próprias ou até mesmo devido a pensamentos suicidas. Infelizmente, ainda há muita marginalização dos pacientes com doenças de pele. Esses indivíduos enfrentam estigmas em diversos ambientes, pois, devido a um desconhecimento sobre essas doenças, existe um temor quanto a um possível contágio. Assim, aqueles que apresentam lesões visíveis evitam sair de casa e se afastam do convívio social, o que reforça a importância do atendimento psicológico e psiquiátrico para esses pacientes.

A hidradenite supurativa caracteriza-se pelo surgimento de nódulos e abscessos dolorosos que podem progredir para lesões mais agressivas se não tratadas adequadamente. Pessoas com essa condição tem 5 a 6 vezes mais chances de desenvolver doença inflamatória intestinal em relação à população em geral, além de aumento da possibilidade de problemas cardiovasculares.

Já a urticária crônica espontânea tem prevalência estimada entre 1% e 2% da população global e 1% da população do Brasil, representando aproximadamente 1,5 milhão de brasileiros, em sua maioria mulheres¹. Caracteriza-se pelo aparecimento de lesões em alto relevo na pele, muitas vezes com borda avermelhada e coceira intensa. Cerca de 50% dos pacientes com urticária crônica espontânea podem ter angiodema que pode aparecer em qualquer parte do corpo, inclusive pálpebras, língua e extremidades. O angiodema pode ser bem perigoso se afetar a glote devido ao risco de asfixia.

Estudos apontam que 72,1% dos pacientes com urticária crônica espontânea já recorreram ao pronto atendimento e 30,3% dos pacientes foram hospitalizados², sobrecarregando os serviços de saúde com complicações que poderiam ter sido evitadas caso esses pacientes recebessem diagnóstico precoce e tratamento adequado para o controle da doença. Ressalta-se que por ser uma doença semelhante a outras, a urticária crônica espontânea é de difícil diagnóstico e então os pacientes frequentemente passam por diversos profissionais de saúde. Esse

1. Silva TL. Os estressores psicológicos relacionados à urticária crônica espontânea. Repositório Universitário da ânima (RUNA). 2021.

2. Marsland A, Abuzakouk M, Balp M-M, Berard F, Canonica GW, Gimenez-Arnau A, et al. Chronic spontaneous/idiopathic urticaria patients with moderate activity have similar burden of disease as those with severe activity - results from the ASSURE-CSU study. Allergy [abstract 0111] 2017;72:3-126





CÂMARA DOS DEPUTADOS

processo é responsável por sofrimento intenso e instabilidade emocional desses pacientes que convivem com a doença.

Merece destaque também a dermatite atópica ou eczema atópico que pode acometer até 20% da população pediátrica e 3% da população adulta³. É uma doença complexa resultante da interação de fatores genéticos e do ambiente, o que a caracteriza como uma doença multifatorial e de difícil manejo. Pacientes com dermatite atópica apresentam uma desregulação imunológica que culmina com uma inflamação de difícil controle. A palavra eczema vem do grego "*ekzein*" que significa ebulição. Pacientes com dermatite atópica apresentam um prurido desproporcional que compromete a qualidade do sono, o aproveitamento escolar e o trabalho. O caráter crônico da doença e a dificuldade do controle faz com que as famílias adoçam como um todo. Ademais, ter dermatite atópica aumenta o risco de desenvolvimento de outras doenças alérgicas como asma, rinite alérgica e alergia alimentar. Inúmeros estudos definem este processo como marcha atópica.

Por fim, frisa-se que a elaboração e publicação de protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas (PCDT) para as alterações crônicas de pele é de extrema importância para que sejam estabelecidos critérios para o diagnóstico dessas doenças, bem como de seus agravos. Além disso, o PCDT também aborda, com base em evidências científicas, qual ou quais as melhores combinações terapêuticas, posologias, mecanismos de controle e verificação de resultados do tratamento. Esses protocolos e diretrizes servem de base científica governamental para a classe médica fundamentar sua prática e para os gestores de saúde providenciarem os insumos e tecnologias necessários para atendimento dos pacientes. Por esse motivo, incluí nessa proposição legislativa a necessidade de elaboração e atualização periódica dos PCDTs.

Diante do exposto e constatada a relevância da proposta que tem o escopo de criar um programa integral de cuidado para os pacientes com doenças crônicas de pele e, então, promover equidade e universalidade no acesso a diagnóstico, a

3. Gilaberte, Y, et al. Prevalence and Comorbidity of Atopic Dermatitis in Children: A Large-Scale Population Study Based on Real-World Data. J Clin Med. 2020 May 28;9(6):1632. doi: 10.3390/jcm9061632. PMID: 32481591; PMCID: PMC7356227.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

tratamento e a reabilitação adequados, é que contamos com o apoio dos nobres pares desta Casa para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em 03 de outubro de 2023.

Deputado ZÉ HAROLDO CATHEDRAL
PSD/RR

Apresentação: 03/10/2023 19:55:23.270 - MESA

PL n.4824/2023





COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 4623, DE 2023

Institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele.

Autor: Deputado CABO GILBERTO SILVA

Relator: Deputado ISMAEL ALEXANDRINO

I - RELATÓRIO

O Projeto de Lei Nº 4623 de 2023, proposto pelo Deputado Cabo Gilberto Silva, visa instituir a Semana Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele. Esta proposta apresenta várias dimensões importantes, tanto no aspecto da saúde pública quanto na conscientização e educação da população sobre as doenças de pele.

O Projeto de Lei Nº 4623 de 2023 enfatiza a importância de uma ação coordenada e abrangente neste campo. Ao propor a criação da Semana Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele, o projeto de lei busca não apenas aumentar a conscientização pública, mas também incentivar ações concretas em vários níveis do sistema de saúde.

A nobre iniciativa possui foco no diagnóstico precoce e tratamento eficaz das doenças crônicas da pele. Isso implica uma necessidade de melhorar as infraestruturas de saúde para garantir que os diagnósticos sejam feitos de forma oportuna e precisa, e que tratamentos eficazes estejam prontamente disponíveis. Tal ênfase no diagnóstico precoce pode ter um impacto significativo na redução da carga das doenças crônicas da pele, melhorando os resultados para os pacientes e reduzindo os custos de saúde em longo prazo.

Ao PL Nº4623/2023 foi apensado o PL4824/2023, de autoria do Deputado Zé Haroldo Cathedral, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde





(SUS), o Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele. O PL proposto almeja estabelecer uma abordagem mais holística e abrangente para o tratamento de doenças de pele crônicas, um problema de saúde pública significativo no Brasil.

A justificativa do projeto fornece um contexto detalhado sobre a importância e a necessidade do programa. Destaca doenças como psoríase, dermatite atópica, hidradenite supurativa, urticária espontânea e angioedema, enfatizando as complexidades de diagnóstico e tratamento, bem como os impactos físicos e psicossociais profundos que essas condições podem ter nos pacientes. O documento também menciona a marginalização e o estigma enfrentados pelos pacientes com doenças de pele visíveis, reforçando a importância do suporte psicológico e psiquiátrico.

A proposição está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões de Saúde, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça e de Cidadania, para análise do mérito e dos aspectos constitucionais, legais, jurídicos, regimentais e de técnica legislativa.

Tramita em regime ordinário (art. 151, III, do RICD).

É o Relatório.

II - VOTO DO RELATOR

O Projeto de Lei Nº 4623/2023 e seu apensado Projeto de Lei Nº 4824/2023 possuem pertinência temática com esta Comissão de Saúde na forma do artigo 32, inciso XVII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados. Ambas as propostas legislativas lidam diretamente com questões de saúde pública e tratam especificamente da prevenção, tratamento e controle de doenças crônicas da pele. Esta temática é essencialmente alinhada com os objetivos e o escopo da Comissão de Saúde, que é responsável por analisar e propor medidas que visam a melhoria da saúde pública e o bem-estar da população. Nesse sentido, o mérito sanitário das proposições é inegável.

O PL 4623/2023, de autoria do Deputado Cabo Gilberto Silva, visa estabelecer uma Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças





Apresentação: 06/12/2023 08:59:34.983 - CSAUDE
PRL 1 CSAUDE => PL 4623/2023

PRL n.1

* C D 2 3 7 0 5 9 6 5 9 4 0 0 *

* C D 2 3 7 0 5 9 6 5 9 4 0 0 *

* C D 2 3 7 0 5 9 6 5 9 4 0 0 *



Tels (61) 3215-5854/3854 | dep.ismaelalexandrino@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://nln.org.br/verificar-assinatura> | dep.ismaelalexandrino@can
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ismael Alexandrino



O substitutivo proposto busca estabelecer um programa nacional que não só aborde as necessidades clínicas dos pacientes com doenças crônicas de pele, mas também reconheça e atenda aos seus aspectos psicossociais. Isso inclui a





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Ismael Alexandrino - PSD/GO

ampliação do acesso aos cuidados de saúde, o fortalecimento da atenção primária, a atualização contínua de protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas, e a promoção da pesquisa e do desenvolvimento na área. Além disso, a integração de medidas para educação e conscientização pública, como proposto no PL 4824/2023, é fundamental para combater o estigma e promover uma compreensão mais ampla dessas condições. Portanto, o substitutivo se propõe oferecer um passo significativo para um tratamento mais eficaz e compassivo, garantindo um cuidado integral e digno a todos os brasileiros que enfrentam doenças crônicas de pele.

Ante o exposto, nosso relatório é pela aprovação ao PL 4623/2023 e o PL4824/2023, apensado, na forma do substitutivo apresentado em anexo, solicitando aos ilustres pares a aprovação do presente relatório nesta Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2023.

Deputado **ISMAEL ALEXANDRINO**

Relator

Apresentação: 06/12/2023 08:59:34.983 - CSAUDE
PRL 1 CSAUDE => PL 4623/2023

PRL n.1





COMISSÃO DE SAÚDE

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4623, DE 2023 e
PROJETO DE LEI Nº 4824, DE 2023

Institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele e estabelece diretrizes para sua implementação e aprimoramento contínuo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele, visando uma abordagem integrada, humanizada e multidisciplinar para o manejo dessas doenças, respeitando a autonomia do paciente e do profissional de saúde nas decisões terapêuticas.

Art. 2º - A Política Nacional terá como diretrizes:

- I - Acesso universal e equitativo à saúde no âmbito do SUS, garantindo atendimento humanizado e respeitoso;
- II - Cuidado integral e multidisciplinar, incluindo atendimento psicológico, psiquiátrico e de assistência social;
- III - Elaboração e atualização periódica dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, baseando-se em evidências científicas atuais;
- IV - Fortalecimento da atenção primária à saúde, com foco no diagnóstico precoce e tratamento adequado;
- V - Planejamento, monitoramento e avaliação contínua das políticas específicas de cuidado com as doenças crônicas de pele.

Art. 3º - O Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele terá os seguintes objetivos:

- I - Educação continuada dos profissionais de saúde e ampla divulgação dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas;





V - Desenvolvimento de ações que promovam a inclusão social, a autonomia da pessoa e o exercício da cidadania.

Art. 4º - O Poder Executivo Federal, em colaboração com estados, municípios e entidades da sociedade civil, desenvolverá e implementará programas e políticas públicas alinhados com os objetivos desta Lei, garantindo uma abordagem coerente e eficaz em todo o território nacional.

Art. 5º - Serão promovidas parcerias e colaborações com organizações internacionais de saúde e instituições de pesquisa, para o intercâmbio de conhecimentos, práticas e recursos na área de dermatologia.

Art. 6º - O Poder Executivo Federal regulamentará esta lei em até cento e vinte dias após a data de sua publicação, com revisões periódicas para incorporar avanços científicos e práticas recomendadas.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Apresentação: 06/12/2023 08:59:34.983 - CSAUDE
PRL 1 CSAUDE => PL 4623/2023

PRL n.1



Tels (61) 3215-5854/3854 | dep.ismaelalexandrino@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.jusbrasil.br/cb2370393655460>

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Ismael Alexandrino





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE SAÚDE

PROJETO DE LEI Nº 4.623, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

Apresentação: 20/12/2023 20:13:41.637 - CSAUDE
PAR 1 CSAUDE => PL 4623/2023
PAR n.1

A Comissão de Saúde, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.623/2023 e do PL 4824/2023, apensado, com substitutivo, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Ismael Alexandrino.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Zé Vitor - Presidente, Silvia Cristina e Pedro Westphalen - Vice-Presidentes, Abilio Brunini, Adriana Ventura, Ana Paula Lima, Antonio Andrade, Célio Silveira, Dimas Gadelha, Dr Fabio Rueda, Dr. Allan Garcês, Dr. Fernando Máximo, Dr. Francisco, Dr. Luiz Ovando, Dr. Zacharias Calil, Ely Santos, Flávia Moraes, Geraldo Resende, Hildo do Candango, Ismael Alexandrino, Iza Arruda, Jandira Feghali, Jorge Solla, Juliana Cardoso, Leo Prates, Meire Serafim, Osmar Terra, Paulo Folletto, Pinheirinho, Roberto Monteiro Pai, Rodrigo Gambale, Silvio Antonio, Weliton Prado, Yury do Paredão, Afonso Hamm, Alice Portugal, Augusto Puppio, Beбето, Diego Garcia, Domingos Sávio, Dr. Jaziel, Dra. Alessandra Haber, Greyce Elias, Henderson Pinto, Lucas Redecker, Luiz Lima, Mário Heringer, Marx Beltrão, Misael Varela, Professor Alcides, Ricardo Abrão e Rosângela Moro.

Sala da Comissão, em 20 de dezembro de 2023.

Deputado ZÉ VITOR
Presidente



SUBSTITUTIVO ADOTADO AO PROJETO DE LEI Nº 4623, 2023

Institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele e estabelece diretrizes para sua implementação e aprimoramento contínuo.

Apresentação: 20/12/2023 20:13:41.637 - CSAUDE
SBT-A 1 CSAUDE => PL 4623/2023

SBT-A n.1

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica instituída, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele, visando uma abordagem integrada, humanizada e multidisciplinar para o manejo dessas doenças, respeitando a autonomia do paciente e do profissional de saúde nas decisões terapêuticas.

Art. 2º - A Política Nacional terá como diretrizes:

- I - Acesso universal e equitativo à saúde no âmbito do SUS, garantindo atendimento humanizado e respeitoso;
- II - Cuidado integral e multidisciplinar, incluindo atendimento psicológico, psiquiátrico e de assistência social;
- III - Elaboração e atualização periódica dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas, baseando-se em evidências científicas atuais;
- IV - Fortalecimento da atenção primária à saúde, com foco no diagnóstico precoce e tratamento adequado;
- V - Planejamento, monitoramento e avaliação contínua das políticas específicas de cuidado com as doenças crônicas de pele.

Art. 3º - O Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele terá os seguintes objetivos:

- I - Educação continuada dos profissionais de saúde e ampla divulgação dos protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas;



- II - Incentivo às pesquisas científicas relacionadas às doenças crônicas de pele;
- III - Criação, ampliação e articulação de pontos de atendimento para tratamento dos pacientes, incluindo a designação de centros de referência em todos os Estados e no Distrito Federal;
- IV - Promoção de campanhas de educação e conscientização da população para redução de estigmas e preconceitos;
- V - Desenvolvimento de ações que promovam a inclusão social, a autonomia da pessoa e o exercício da cidadania.

Art. 4º - O Poder Executivo Federal, em colaboração com estados, municípios e entidades da sociedade civil, desenvolverá e implementará programas e políticas públicas alinhados com os objetivos desta Lei, garantindo uma abordagem coerente e eficaz em todo o território nacional.

Art. 5º - Serão promovidas parcerias e colaborações com organizações internacionais de saúde e instituições de pesquisa, para o intercâmbio de conhecimentos, práticas e recursos na área de dermatologia.

Art. 6º - O Poder Executivo Federal regulamentará esta lei em até cento e vinte dias após a data de sua publicação, com revisões periódicas para incorporar avanços científicos e práticas recomendadas.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em 20 de dezembro de 2023.

Deputado **ZÉ VITOR**
Presidente





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Projeto de Lei nº 4.623, de 2023

(Apensado: PL nº 4.824/2023)

Institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele.

Autor: Deputado CABO GILBERTO SILVA

Relatora: Deputada LAURA CARNEIRO

I – RELATÓRIO

O projeto em análise, de autoria do Deputado CABO GILBERTO SILVA, institui a Política Nacional de Prevenção, Tratamento e Controle das Doenças Crônicas da Pele.

Ao projeto principal foram apensados: PL nº 4.824/2023, de autoria do Deputado Zé Haroldo Cathedral, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Programa Nacional de Cuidado Integral a pessoas com doenças crônicas de pele.

O projeto possui regime de tramitação ordinário (Art. 151, III, RICD) e está sujeito à apreciação conclusiva pelas comissões - Art. 24 II, tendo sido distribuído às Comissões de Saúde; Finanças e Tributação (Art. 54 RICD) e Constituição e Justiça e de Cidadania (Art. 54 RICD), nessa ordem.

Na Comissão de Saúde foi aprovado parecer com voto pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo apresentado pelo Relator, Dep. Ismael Alexandrino.

O projeto vem a esta Comissão de Finanças e Tributação para manifestação quanto à compatibilidade e adequação financeira e orçamentária.

Transcorrido o prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissão de Finanças e Tributação

II – VOTO

O Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RI, arts. 32, X, “h”, e 53, II) e a Norma Interna da Comissão de Finanças e Tributação (NI/CFT) definem que o exame de compatibilidade ou adequação se fará por meio da análise da conformidade da proposição com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Além disso, a NI/CFT prescreve que também nortearão a análise outras normas pertinentes à receita e despesa públicas. São consideradas como outras normas, especialmente, a Constituição Federal e a Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000).

O art. 1º, §1º, da NI/CFT define como compatível “*a proposição que não conflite com as normas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias, da lei orçamentária anual e das demais disposições legais em vigor*” e como adequada “*a proposição que se adapte, se ajuste ou esteja abrangida pelo plano plurianual, pela lei de diretrizes orçamentárias e pela lei orçamentária anual*”.

Da análise do projeto, do seu apensado e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, observa-se que estes contemplam matéria que já se configura como obrigação do Sistema Único de Saúde e, assim, encontra-se abrangida pelas dotações anualmente disponibilizadas, sem acarretar impacto orçamentário e financeiro nas despesas da União. Nesses casos, torna-se aplicável o art. 32, X, “h”, do Regimento Interno desta Casa, que dispõe que somente as proposições que *importem aumento ou diminuição de receita ou de despesa pública* estão sujeitas ao exame de compatibilidade ou adequação financeira e orçamentária.

Em adição, o art. 1º, § 2º, da NI/CFT prescreve que se sujeitam obrigatoriamente ao exame de compatibilidade ou adequação orçamentária e financeira as proposições que impliquem aumento ou diminuição da receita ou despesa da **União** ou repercutam de qualquer modo sobre os respectivos Orçamentos, sua forma ou seu conteúdo. No entanto, quando a matéria não tiver implicações orçamentária e financeira, o art. 9º da NI/CFT determina que se deve *concluir no voto final que à comissão não cabe afirmar se a proposição é adequada ou não*.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Finanças e Tributação

Em face do exposto, voto pela não implicação financeira ou orçamentária da matéria em aumento ou diminuição da receita e da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira ou orçamentária do Projeto de Lei 4.623, de 2023 (principal) e do PL nº 4.824/2023 (apensado), e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde.

Sala da Comissão, em 10 de maio de 2024.

Deputada Federal LAURA CARNEIRO

Relatora





CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4.623, DE 2023

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Finanças e Tributação, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei nº 4.623/2023, do PL nº 4.824/2023, apensado, e do Substitutivo adotado pela Comissão de Saúde, nos termos do Parecer da Relatora, Deputada Laura Carneiro.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Mário Negromonte Jr. - Presidente, Fernando Monteiro - Vice-Presidente, Adail Filho, Cabo Gilberto Silva, Cobalchini, Delegado Fabio Costa, Fábio Teruel, Hildo Rocha, Marcelo Queiroz, Marcio Alvino, Mauro Benevides Filho, Merlong Solano, Pauderney Avelino, Paulo Guedes, Pedro Paulo, Reinhold Stephanes, Sanderson, Sidney Leite, Ulisses Guimarães, Abilio Brunini, Alceu Moreira, Aureo Ribeiro, Camila Jara, Capitão Alberto Neto, Capitão Augusto, Coronel Meira, Dayany Bittencourt, Gilberto Abramo, Gilson Daniel, Henderson Pinto, Josenildo, Kim Katagui, Laura Carneiro, Luiz Gastão, Luiz Philippe de Orleans e Bragança, Marcelo Crivella, Sargento Portugal e Zé Trovão.

Sala da Comissão, em 28 de maio de 2024.

Deputado MÁRIO NEGROMONTE JR.
Presidente

